

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

FINANCIAMENTO INSTITUCIONAL E TAXAS DE PROCESSAMENTO DE ARTIGOS: UM OLHAR SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL

INSTITUTIONAL FUNDING AND ARTICLE PROCESSING CHARGES: AN OVERVIEW OF BRAZIL'S FEDERAL INSTITUTES

Bruna Laís Campos do Nascimento - Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Fábio Mascarenhas e Silva - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Maria Manuel Lopes de Figueiredo Costa Marques Borges - Universidade de Coimbra (UC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O modelo de publicação científica em acesso aberto tem promovido a disponibilização livre e gratuita dos resultados de pesquisas. Contudo, para viabilizar o pagamento das Taxas de Processamento de Artigos (*Article Processing Charges – APC*), mecanismos de financiamento institucional têm sido adotados. Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo analisar a oferta de financiamento institucional e o custeio de APC no âmbito dos Institutos Federais do Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados documentos normativos de 37 Institutos Federais, obtidos a partir de consulta aos sites web institucionais. Os resultados indicam que 25 das 37 instituições analisadas oferecem apoio financeiro aos seus pesquisadores para o custeio de taxa de publicação, sendo que a maioria estabelece um limite de valor por proposta. Notou-se também a predominância de indicadores nos requisitos de concessão, com ênfase especial para o Qualis/CAPES e o fator de impacto. Conclui-se que, embora o apoio institucional represente uma forma de fomentar a publicação em acesso aberto, é necessário considerar ações para monitorar os gastos dispendidos com APC, bem como repensar os critérios de avaliação da ciência, com vistas à valorização de modelos alternativos que sejam equitativos, economicamente viáveis e que valorem a produção científica local.

Palavras-chave: financiamento institucional; taxa de processamento de artigos (APC); acesso aberto; instituto federal.

Abstract: The open access model of scholarly publishing has promoted the free and unrestricted dissemination of research findings. However, to cover the costs of Article Processing Charges (APC), institutional funding mechanisms have been adopted. In this context, the present study aims to analyze the provision of institutional funding and the coverage of APC within the scope of Brazil's Federal Institutes. Methodologically, this is a descriptive study with a qualitative approach, based on bibliographical and documentary research. Normative documents from 37 Federal Institutes were analyzed, retrieved through a review of their official websites. The results show that 25 out of the 37 institutions provide financial support to their researchers for covering publication fees, with most of them establishing a funding cap per proposal. A strong presence of indicators was also observed in the eligibility criteria, with particular emphasis on Qualis/CAPES and journal impact factor. It is concluded that, although institutional support constitutes an important mechanism for fostering open access

publishing, it is necessary to implement measures to monitor the expenditure on APC and to rethink research evaluation criteria, aiming to promote alternative publishing models that are equitable, economically sustainable, and that recognize and value local scientific production.

Keywords: institutional funding; article processing charges (APC); open access; federal institute.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, alterou-se o tradicional modelo de publicação científica, especialmente com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que proporcionaram caminhos alternativos para divulgar a ciência de forma mais rápida, eliminando barreiras técnicas e financeiras que, conseqüentemente, limitam o acesso aos resultados das pesquisas.

Neste cenário, o Movimento de Acesso Aberto (AA) surge como uma alternativa para superar tais desafios e democratizar o acesso livre à informação científica. Contudo, a mercantilização da Via Dourada de AA tem evidenciado desafios relacionados aos custos, em especial com a cobrança das taxas de processamento de artigos (do inglês, *Article Processing Charges* – APC).

O modelo de negócio baseado no formato autor-paga é centrado na cobrança de APC, taxas que as editoras impõem aos autores como condição para viabilizar a disponibilização imediata dos artigos científicos em AA após a publicação (Dias *et al.*, 2023, p. 117). Embora as APC possam ser pagas pelos autores, por uma instituição ou por uma agência financiadora – as duas últimas fornecendo subsídios ao autor para o pagamento das taxas – elas continuam representando uma preocupação (Tenopir *et al.*, 2017; Neville; Crampsie, 2019). Isso decorre do aumento dos custos da comunicação científica global, pois mantém-se o formato tradicional de assinatura de periódicos, com custos bastante elevados para as instituições. A esses, soma-se o custeio das taxas por artigo adotado pelos editores que aderem ao formato autor-paga (Björk; Solomon, 2014; Blanchard, Thierry, Graaf, 2022; Anglada; Abadal, 2023).

No que se refere ao subsídio das APC, instituições têm disponibilizado editais ou programas de apoio financeiro destinados aos seus pesquisadores para pagamento dos custos associados à publicação, exigidas por alguns periódicos AA. Segundo Suber (2009), ao tratar das políticas de AA para agências de financiamento e universidades, é recomendado oferecer esse subsídio aos pesquisadores, buscando incentivar a adoção pela Via Dourada, desde que a instituição disponha de recursos para esse fim. Contudo, o autor orienta contra o pagamento

de APC a periódicos híbridos, a fim de evitar a chamada 'dupla taxação', isto é, subscrição do periódico e cobrança de APC para que os artigos fiquem em AA. Ressalta-se, ainda, a importância de avaliar a razoabilidade dos valores cobrados e, sempre que houver o custeio por parte da instituição, deve-se exigir que o periódico assegure o AA ao conteúdo publicado (Suber, 2009).

Pavan e Barbosa (2017), ao investigarem o cenário de oferta de financiamento público para a publicação de artigos em AA em 29 agências de fomento brasileiras, constataram que uma minoria subsidia o pagamento de APC, sendo que apenas cinco agências oferecem essa possibilidade. Dentre os aspectos analisados pelas autoras, foram contemplados no quesito 'apoio à publicação de artigos' as seguintes categorias: modalidade (chamada de tipologia), critérios observados pelos avaliadores, valores e limite financeiro. Ademais, as autoras apontam a necessidade de realizar essa análise no âmbito das universidades e institutos de pesquisa para ampliar o escopo de avaliação.

No que se refere às universidades, Santos-d'Amorim, Cruz e Correia (2020) realizaram um mapeamento das iniciativas de financiamento para publicação em periódicos AA, analisando editais de quatro universidades federais do Estado de Pernambuco, a saber: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Dentre as categorias analisadas, estavam a finalidade dos editais (nomenclatura utilizada), a forma de concessão e o apoio financeiro concedido, considerando o valor total e por proposta. Como resultados, as autoras constataram a oferta desse subsídio pelas instituições aos pesquisadores, com um valor máximo estabelecido para cada proposta; além disso, observaram que os critérios de seleção definidos nos editais são baseados no estrato Qualis dos periódicos nos quais os artigos foram submetidos.

Diante do exposto, considera-se que o financiamento das APC ofertado pelas instituições se apresenta como uma estratégia necessária para apoiar os autores. Contudo, entende-se que essa iniciativa requer a definição de métodos para mensurar e estimar os custos, além de acompanhar e monitorar as ações efetivadas, a fim de garantir o controle e a transparência dos valores gastos com APC. Assim, conhecer esse cenário é de fundamental importância para que as instituições possam planejar suas estratégias para apoiar o acesso aberto, viabilizando a transição do formato tradicional de assinatura de periódicos para o de acesso aberto completo.

Neste sentido, estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a oferta de financiamento institucional para o custeio das taxas de publicação nas Instituições Federais de Ensino, precisamente, no âmbito dos Institutos Federais (IF) do Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, cujos procedimentos metodológicos adotados são descritos na seção seguinte. Posteriormente, são apresentados os resultados obtidos, acompanhados das discussões pertinentes ao tema em questão e, por fim, as considerações finais. O presente estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga as dimensões política e econômica da publicação científica em periódicos AA.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para contribuir com as discussões sobre a oferta de financiamento institucional às APC em periódicos, realizou-se uma análise a partir das políticas ou programas de apoio dos IFs do Brasil, a fim de compreender o cenário de oferta desse subsídio. Deste modo, este estudo caracteriza-se, quanto aos objetivos, como de natureza descritiva, e, quanto aos procedimentos de coleta de dados, como uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa.

Para alcançar o objetivo pretendido, foi feito um levantamento a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, em outubro de 2023, dos IFs que ofertam PPG, totalizando 38 institutos, nos quais foram feitas consultas nos sítios web oficiais para localizar os documentos normativos - resoluções, portarias e/ou editais - que tratassem de programas de apoio à publicação em periódicos. Dos IFs selecionados, apenas o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) foi excluído da análise, devido à indisponibilidade do site no período do levantamento, mesmo após diversas tentativas. Assim, foram considerados 37 IFs participantes.

Para localizar os documentos, foram inseridos os seguintes termos no campo de busca dos sites: 'apoio à publicação' OR 'incentivo à publicação' OR 'publicação de artigo' OR 'taxa de publicação' AND periódico* OR revista*. Quando muitos resultados eram recuperados, procedeu-se à verificação item por item até a 5ª página de resultados. No caso de nenhum resultado ser recuperado, realizaram-se buscas complementares nas abas relacionadas à Pró-Reitoria de Pesquisa. O levantamento foi realizado no período de 11 a 31 de outubro de 2023, e foram recuperados 45 documentos.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: 1) abranger o pagamento de APC; e 2) consistir em um documento normativo institucional. No caso dos editais, selecionou-se para análise o mais recente disponível no site da instituição. Em 12 IFs, não foram recuperados documentos ou os resultados obtidos não correspondiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Vale salientar que não foram considerados neste estudo documentos/editais que contemplavam apenas a tradução de artigos para línguas estrangeiras, por não estarem relacionados aos objetivos pretendidos.

Para a sistematização da análise dos documentos normativos localizados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Inicialmente, realizou-se a etapa de pré-análise dos documentos recuperados, com a leitura completa de cada um, a fim de selecionar aqueles que constituiriam o *corpus*. Nessa etapa, foram excluídos os documentos que não atendiam aos critérios estabelecidos, resultando em um total de 34 documentos selecionados: 11 resoluções, 21 editais, uma nota técnica e uma portaria. Na sequência, foi feita a codificação dedutiva, a qual foi conduzida a partir da análise temática das unidades de registro, o que permitiu a seleção dos trechos relevantes para subsidiar as discussões. Por fim, procedeu-se à categorização, focando nos seguintes aspectos: (a) Objetivo da ação; (b) Itens custeados; (c) Apoio financeiro (valor disponível e limite por proposta); (d) Requisitos para obtenção do subsídio; e (e) Menção ao acesso aberto. Todos esses aspectos foram previamente testados e, posteriormente, codificados.

3 RESULTADOS

O levantamento realizado demonstrou que, dos 37 IFs, 25 dispõem, em seus sítios web, de documentos que regulamentam o financiamento institucional para apoiar seus pesquisadores no custeio de APC. Em relação à disponibilidade de documentos normativos nos sites oficiais dos IFs, observou-se que, em 9, há a disponibilização tanto do edital quanto da resolução, nota técnica ou portaria que estabelece as regras do programa de apoio à publicação em periódicos; em 12 institutos, constavam apenas os editais; e em 4, somente as resoluções. No site do Instituto Federal do Ceará (IFCE), não foi localizado nenhum edital ou resolução; contudo, identificou-se uma apresentação que tratava do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019, e, dentre as metas estabelecidas, constava o desenvolvimento de um programa para atender a essa finalidade. Dessa forma, entende-se que os IFs têm ofertado esse apoio aos seus pesquisadores, buscando subsidiar o pagamento

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

das APC com recursos da instituição, quando há disponibilidade, conforme recomenda Suber (2009) e a BOAI10 (Budapest Open Access Initiative, 2012). Notou-se ainda que essa ação se constitui como parte de políticas institucionais orientadas ao fortalecimento e incentivo à produção científica da comunidade acadêmica.

Sobre o **objetivo da ação**, observou-se que 'incentivar e viabilizar a publicação científica institucional em periódicos científicos' obteve maior destaque, com 22 ocorrências, destacando-se como características dos periódicos: qualificados, reconhecidos, de alto impacto, com ampla circulação e de relevância científica. Verificou-se ainda que, geralmente, essas características estavam associadas à menção ao Qualis/CAPES e/ou ao fator de impacto (FI)/*Journal Citation Reports* (JCR), sendo observado nos objetivos dos documentos normativos de cinco IFs. Para ilustrar, seguem trechos extraídos dos documentos analisados:

DOS OBJETIVOS. Art. 3º **Estimular a publicação de artigos** de autoria ou coautoria de servidores do quadro permanente do IFPI, em periódicos indexados no sistema **Qualis Capes** em área de conhecimento na qual se enquadre o artigo, ou em **periódicos indexados na Web of Science**, que apresentem mensuração do **Fator de Impacto**. Art. 4º Contribuir para **incrementar a produção intelectual dos servidores**, potencializando-os para **concorrerem aos editais de agências de fomento, criação de novos cursos e melhoria da avaliação dos já existentes**. Art. 5º Possibilitar a **melhoria dos indicadores de pesquisa** do IFPI e a visibilidade deles junto à comunidade acadêmica. (Trecho retirado da Resolução n. 92/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, grifo nosso). 1. DO OBJETIVO. Este edital tem como objetivo apoiar as/os servidoras/es efetivas/os e em exercício do IFAL a **publicarem suas pesquisas em periódicos científicos de ampla circulação**, aspectos reconhecidos pela classificação em **extrato Qualis ou Journal Citation Report – JCR** (periódicos internacionais). (Trecho retirado do Edital n. 12/2023 - PRPPI/IFAL, grifo nosso).

Outros aspectos também foram observados nos objetivos dos programas de apoio à publicação em periódicos, a saber: 'disseminar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelas instituições' (9 ocorrências); 'melhorar a produtividade dos Programas de Pós-Graduação (PPG)' (7 ocorrências) e 'estimular a internacionalização' (5 ocorrências). Considera-se que esses dois últimos aspectos se relacionam com os indicadores de avaliação da pós-graduação brasileira, precisamente no que se refere à produção intelectual e sua internacionalização, em que são avaliadas as publicações qualificadas dos docentes permanentes de cada PPG (Vogel, 2015). Dessa forma, os resultados apresentados sugerem que essa iniciativa institucional se constitui como uma ação que visa tanto fomentar a publicação científica local, quanto aprimorar os indicadores de produção científica, com o intuito de obter melhores conceitos nas avaliações dos cursos ofertados e posicionar melhor essas instituições.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Em relação aos **itens custeados**, identificou-se que 25 IFs oferecem subsídio aos pesquisadores para o pagamento da taxa de publicação. Observou-se, ainda, que os documentos normativos que tratam do custeio das APC também contemplam outros itens, sendo eles: 1) Tradução e revisão do artigo para língua estrangeira, predominantemente o inglês; e 2) Taxa de submissão. Dessa forma, além de contemplarem o subsídio à APC, 21 IFs possibilitam, no mesmo edital, a solicitação de apoio para tradução e revisão do artigo, enquanto 12 permitem pleitear o custeio da taxa de submissão.

Quanto ao **apoio financeiro**, foi verificado o recurso institucional destinado ao apoio à publicação de artigos em periódicos, bem como o limite por proposta. A análise do recurso disponível envolveu a verificação dos valores previstos nos 21 editais, sendo 15 publicados em 2023 e 6 em anos anteriores (2022, 2021, 2019 e 2018). As resoluções e portarias estabeleciam que o valor disponível para essa ação dependeria da disponibilidade orçamentária anual da instituição, com os trâmites sendo, em sua maioria, viabilizados pelas Pró-Reitorias de Pesquisa.

Os valores estavam previstos nos editais de 18 IFs, sendo o maior valor alocado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), em 2023, que disponibilizou R\$ 93.141,96 para custear taxas de publicação. O menor valor foi oferecido pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), também em 2023, que disponibilizou R\$ 5.000,00, destinados exclusivamente ao custeio de APC. Nos editais de três IF, o valor não foi mencionado. As solicitações submetidas e concedidas não foram objeto de análise desta pesquisa.

Com relação aos **limites estabelecidos** para atender a cada proposta, verificou-se que, em 17 editais, há uma delimitação dos recursos financeiros destinados ao pagamento de taxas de publicação, enquanto em 2 não há essa restrição. Segundo a *Budapest Open Access Initiative* (2012), quando há oferta de aporte financeiro por parte da instituição, o estabelecimento de um limite orçamentário por proposta torna-se necessário, a fim de ponderar a razoabilidade das APC cobradas pelos periódicos. Nesse sentido, observa-se que a maioria das instituições adota essa limitação, em conformidade com a recomendação da BOAI.

Ainda sobre o limite por proposta definido nos editais, observou-se que o menor valor foi ofertado pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP), no qual o subsídio variava de acordo com o estrato Qualis do periódico, conforme estabelecido no Edital nº 35/2023/PROEPPI/IFAP: Qualis B1 - R\$ 510,00; Qualis B2 - R\$ 425,00; Qualis B3 - R\$ 340,00; Qualis B4 - R\$ 255,00. Por

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

outro lado, o maior valor foi identificado no edital do Instituto Federal Catarinense (IFC), que estipulou o limite máximo de R\$ 4.500,00 por proposta.

Nos editais do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Instituto Federal do Amapá (IFAP) e Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), o limite financeiro por proposta também varia conforme o estrato Qualis/CAPES atribuído ao periódico. No caso específico do Edital nº 264/2023 do IFSP, item 6.7, o valor máximo a ser concedido por proposta é definido com base no estrato Qualis/CAPES ou na indexação do periódico nas bases de dados internacionais, Scopus ou WoS, conforme se observa a seguir:

6.7. Para fins de reembolso do auxílio pleiteado serão considerados os valores máximos abaixo: [...] III) Apoio à publicação - **periódicos Qualis Capes A1 ou A2: até R\$ 5.000,00** (cinco mil reais). IV) Apoio à publicação - **periódicos com demais Qualis Capes ou indexação nas bases Scopus ou Web of Science: até R\$ 1.200,00** (mil e duzentos reais). (Trecho retirado do Edital n. 264/2023 - PIPECT/IFSP, grifo nosso).

Situação semelhante foi percebida no edital n. 1/2023 do IFNMG:

3.4. Os valores a serem pagos das taxas de publicação obedecerão aos seguintes limites: 3.4.1. Limite Máximo para **Artigo B2, B3 e B4** ou Capítulo de Livro: **R\$ 1.000,00**; 3.4.2. Limite Máximo para **Artigo A3, A4 e B1 (Quadriênio 2017-2020): R\$ 10.000,00**; 3.4.3. Limite Máximo para **Artigo A1 ou A2 (Quadriênio 2017-2020): R\$ 15.000,00**. [...]. 3.6. Em casos excepcionais, para periódicos de extrema relevância para a comunidade científica mundial na área da publicação do artigo (**Fator de Impacto da Clarivate JCr \geq 40,0**), **o limite da taxa de publicação poderá ser alterado até o máximo de R\$ 55.000,00**, conforme conveniência institucional, disponibilidade orçamentária e autorização expressa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi). (Trecho retirado do Edital n. 1/2023 - SEI/IFNMG, grifo nosso).

Neste contexto, percebe-se mais uma vez que os índices avaliativos de qualidade influenciam as ações institucionais voltadas à publicação em periódicos AA com APC, corroborando a ideia de que, quanto melhor conceituado for o periódico, maior poderá ser o aporte financeiro para custear a taxa de publicação. Assim, é importante estar atento às influências desses indicadores, que são tradicionalmente utilizados na avaliação da ciência, bem como nas políticas institucionais estabelecidas, tendo em vista a valorização que lhes é atribuída, com foco especial na classificação quantitativa do periódico e não na qualidade e mérito do artigo.

Neste sentido, ressalta-se as mudanças propostas pela CAPES para a próxima avaliação quadrienal (2025-2028) da pós-graduação stricto sensu brasileira¹, especificamente quanto à

¹ Para mais detalhes, sugere-se a leitura da notícia publicada em 13 de maio de 2025, intitulada 'A CAPES divulga diretrizes para o ciclo avaliativo 2025-2028'. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-diretrizes-para-o-ciclo-avaliativo-2025-2028>.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

classificação da produção intelectual, na qual será feita a substituição do Qualis-Periódico e adotada a classificação por artigo, que passa a ser o objeto central da avaliação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2024). Em outras palavras, a nova sistemática de avaliação da produção intelectual visa considerar não mais o impacto do periódico em que o artigo foi publicado, mas sim aspectos qualitativos para atribuir uma classificação ao artigo. Portanto, vislumbra-se um cenário de significativas mudanças, no qual debates continuarão a ser fomentados junto à comunidade científica, com o objetivo de refletir e aprimorar o sistema de avaliação da ciência brasileira.

No que se refere aos **requisitos para a concessão do custeio para APC**, observou-se que eles estão relacionados tanto ao autor quanto ao artigo. Para o autor, verificou-se a menção ao vínculo institucional em todos os documentos, ou seja, o pesquisador deve pertencer ao quadro de pessoal permanente do instituto. Além disso, identificou-se como requisito a vinculação a um projeto de pesquisa, mencionado nos editais de 8 IFs, e a participação em um grupo de pesquisa da instituição, com 6 menções registradas. Nos editais do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), é mencionada a necessidade de atender a um desses dois requisitos.

Em relação aos requisitos para o artigo, é notória a influência de indicadores, quase onipresentes nos documentos normativos (23 dentre 25 IFs). A ausência ocorreu apenas nos documentos normativos do Instituto Federal do Sudeste de Minas (IFSudesteMG), em que, para concorrer ao subsídio, é requerido que o artigo seja publicado em periódico indexado, contudo, não há exigência explícita sobre em qual base de dados ele precisa estar; e do Instituto Federal do Acre (IFAC), que não especifica a indexação em bases de dados.

Sobre os indicadores mencionados, o Qualis/CAPES se destaca nos documentos normativos de 22 institutos; FI/JCR foi registrado em 16; *Scimago Journal & Country Rank* (SJR)/Scopus em 4; e o SciELO em 2 (Figura 1). Assim, pode-se afirmar que os indicadores são amplamente considerados e decisivos na seleção dos artigos que serão contemplados com o subsídio para o pagamento de APC, principalmente por estarem associados à pesquisa ‘qualificada’, ‘reconhecida’ e de ‘alto impacto’.

Quadro 1 - Indicadores citados nos documentos normativos analisados

Indicadores	Quantidade de menções
Qualis/CAPES	22
FI/JCR	16
SJR/Scopus	4

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Scielo	2
--------	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A ênfase em métricas tradicionais tem sido evidenciada tanto nos critérios de avaliação da ciência, quanto em normativas de instituições de ensino superior. Nesse contexto, Alperin *et al.* (2019), ao analisarem documentos normativos de universidades dos Estados Unidos e Canadá voltados para revisão e promoção docente, identificaram uma menção recorrente ao FI e a termos relacionados, refletindo uma cultura orientada a resultados pautada na quantificação, além do uso de medidas de citação.

No que diz respeito à **menção ao acesso aberto**, foram identificadas poucas referências, entre os 25 IFs, apenas 3 citam explicitamente o AA, a saber: Instituto Federal de Goiás (IFG), IFPR e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Esse cenário contrasta com a expectativa deste estudo, que previa uma maior recorrência do termo nos documentos, uma vez que o modelo de cobrança de taxas emerge como uma alternativa ao formato tradicional de assinaturas, acompanhando o início do Movimento AA.

No IFG, a menção é feita no Edital nº 24/2023, no tópico que trata das obrigações e da prestação de contas, no qual é requisitado, após a publicação, o depósito do artigo no Repositório Digital da instituição:

6.3. **Após a publicação do artigo** no periódico, **deverá também apresentar comprovante de depósito no Repositório Digital do IFG** (ReDi IFG, link: <http://repositorio.ifg.edu.br/>) do artigo constando o nome da Instituição em sua publicação. Para submissão no Repositório Digital do IFG acesse o tutorial: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/132/como_depositar_rd_ifg.pdf. (Trecho retirado do Edital n. 24/2023 - PROPPG/IFG, grifo nosso).

No IFPR, a referência ao termo consta na Resolução nº 98/2022, na qual há uma definição de acesso aberto, esclarecendo o que é um periódico de acesso aberto e, em seguida, nos critérios, indicando que o pagamento da APC deve ser, preferencialmente, para periódicos AA. Esta última, além de constar na Resolução, é também reforçada no Edital nº 28/2023 – SEI/IFPR.

Capítulo II, art. 6º, inciso VI: Open Access - periódicos com acesso, submissão e publicação abertos, disponibilizados on-line e de forma gratuita de todos os seus conteúdos publicados, independente do interessado. [...]. Capítulo V, art. 11. **Os periódicos, nacionais e internacionais, pagos**, e de relevância científica para o IFPR **deverão, preferencialmente, ser Open Access**. (Trecho retirado da Resolução n. 98/2022 - CONSUP/IFPR, grifo nosso).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No âmbito do IFRS, menciona-se o acesso aberto no Edital nº 26/2022, item 2, que trata dos serviços reembolsáveis, incluindo a taxa de publicação para periódicos. Contudo, há o seguinte acréscimo no tópico 2.1.1:

2.1. O apoio reembolsará os serviços de: a) tradução e/ou revisão de artigo científico para língua estrangeira (inglês e espanhol); b) recolhimento de taxa de submissão do artigo para periódico científico; c) recolhimento de taxa de publicação do artigo para periódico científico. 2.1.1. **Não serão reembolsados pagamentos de taxas para deixar o artigo com acesso aberto (open access).** (Trecho retirado do Edital n. 26/2022 – IFRS, grifo nosso).

O referido tópico parece não contemplar a finalidade principal do pagamento da APC, que é custear as operações editoriais e assegurar a disponibilização do artigo em AA, evitando que o custo de acesso recaia sobre o leitor. Assim, questiona-se: seria esta taxa destinada apenas a arcar com os custos editoriais, sem assegurar o AA ao artigo?

De modo geral, observa-se que a menção ao AA nos documentos que regulamentam o subsídio às taxas de publicação se refere a 3 principais aspectos: (i) o depósito do artigo no repositório institucional, (ii) a recomendação aos pesquisadores de publicarem preferencialmente em periódicos AA e (iii) a contraposição, que indica não contemplar reembolso para disponibilizar o artigo em AA. Neste sentido, considera-se que esses resultados são impactantes e sinalizam que ainda há um longo caminho a ser percorrido para popularizar os conceitos e práticas do AA na comunidade científica.

Além dos aspectos analisados, convém destacar outras 3 características observadas nos documentos normativos: (i) Não houve prioridade por área de conhecimento, ou seja, todas as áreas podem ser contempladas; (ii) O formato de fluxo contínuo é um modelo comum para a apresentação de propostas, ou seja, as solicitações poderão ser atendidas a qualquer tempo, desde que respeitada a ordem de chegada e a disponibilidade de recurso financeiro; e (iii) O subsídio é ofertado a título de reembolso aos pesquisadores, ou seja, o autor efetua o pagamento da APC e, caso seja contemplado pelo edital, a instituição o ressarcem com o valor desembolsado. Acrescenta-se que não houve menção à (im)possibilidade de subsidiar APC em periódicos híbridos, logo, não é possível afirmar se o reembolso é válido para essa modalidade.

Diante do exposto, seguem apresentados no Quadro 1, uma síntese dos resultados obtidos a partir da análise dos documentos institucionais normativos dos IF:

Quadro 2 - Síntese dos resultados obtidos organizados por região

Região	IF	Itens custeados			Limite estabelecido	Requisitos artigo	Menção AA
		Subsídio APC	Trad. E rev.	Taxa de submissão			
	IFMS	1	1	0	-	Qualis	0

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Região	IF	Itens custeados			Limite estabelecido	Requisitos artigo	Menção AA
		Subsídio APC	Trad. E rev.	Taxa de submissão			
Centro-Oeste	IFG	1	1	1	R\$ 1.500,00	Qualis	1
	IFGoiano	1	1	0	-	Qualis, JCR ou SciELO	0
Nordeste	IFBA	1	0	0	R\$ 1.200,00	Qualis	0
	IFPB	1	1	0	R\$ 3.000,00	Qualis ou JCR	0
	IFAL	1	1	1	R\$ 1.000,00	Qualis ou JCR	0
	IFMA	1	1	1	R\$ 3.000,00	Qualis, JCR, SciELO, PubMed, LILACS ou BIREME	0
	IFPI	1	1	0	R\$ 2.000,00	Qualis ou JCR	0
	IFRN	1	1	1	R\$ 550,00	Qualis ou JCR	0
Norte	IFRO	1	1	1	-	Qualis	0
	IFRR	1	1	0	R\$ 3.000,00	Qualis	0
	IFAC	1	1	0	-	-	0
	IFAP	1	1	1	Variável Qualis	Qualis	0
	IFPA	1	0	1	R\$ 2.000,00	Qualis	0
Sudeste	IFES	1	0	0	R\$ 2.000,00	Qualis ou JCR	0
	IFMG	1	0	0	R\$ 3.000,00	Qualis, JCR ou SJR	0
	IFNMG	1	0	0	Variável Qualis	Qualis ou JCR	0
	IFSEMG	1	1	0	-	-	0
	IFSuldeMinas	1	1	1	Não há	Qualis ou JCR	0
	IFRJ	1	1	0	-	Qualis ou JCR	0
	IFFluminense	1	1	1	Não há	Qualis ou JCR	0
	IFSP	1	1	0	Variável Qualis	Qualis, JCR ou SJR	0
Sul	IFPR	1	0	0	R\$ 1.000,00	JCR, SJR, SNIP, Citescor ou Índice H	1
	IFRS	1	1	1	R\$ 3.000,00	Qualis ou JCR	1
	IFCatarinense	1	0	1	R\$ 4.500,00	Qualis, JCR ou SJR	0
Total		25	18	11	17		3

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Neste sentido, considera-se pertinente registrar 2 sugestões a serem consideradas nas políticas institucionais de financiamento à APC, a saber: (i) que a instituição requeira a disponibilização do artigo que obteve subsídio em seu repositório institucional, caso haja, buscando reunir a memória científica produzida pela instituição; e (ii) que indique a

prerrogativa de o periódico ser AA, não contemplando periódicos híbridos, com vistas a evitar a dupla taxação (Suber, 2009; Björk; Solomon, 2014; Mittermaier, 2015).

Esta pesquisa analisou a oferta de financiamento institucional para o custeio de APC no âmbito dos IFs do Brasil, com foco nos documentos normativos que regulam essa prática. Dentre os principais resultados obtidos, é possível ressaltar que a maioria dos IFs possui um programa de apoio para o pagamento de APC, visando fomentar a produção científica institucional e melhorar indicadores institucionais. Entretanto, ao comparar os valores oferecidos com as APC de periódicos internacionais, especialmente nas áreas com taxas mais elevadas (como Ciências Biológicas, Engenharias e Multidisciplinar), verifica-se que os subsídios podem ser insuficientes, demandando complementação por parte dos autores.

Observou-se também a predominância de limites financeiros por proposta, como forma de controlar os custos, e isso se torna necessário para que se possa ponderar os preços cobrados pelas editoras, especialmente aqueles considerados abusivos. Embora haja a oferta de financiamento, percebe-se certa volatilidade neste contexto, visto que, a instabilidade orçamentária das instituições pode comprometer a continuidade dessas ações. Por fim, destaca-se o uso predominante de indicadores (Qualis/CAPES e FI/JCR) como requisito de avaliação nos editais, enquanto a menção ao acesso aberto aparece de forma pontual e, por vezes, contraditória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões apresentadas, entende-se que o apoio institucional representa uma forma de fomentar a publicação em acesso aberto, contudo, é preciso considerar ações para monitorar os custos dispendidos em APC, bem como repensar os critérios de avaliação da ciência, com vistas a priorizar modelos alternativos de publicação que sejam equitativos, economicamente viáveis e que valorizem a produção científica local. Neste sentido, espera-se que esta pesquisa possa colaborar com reflexões que resultem na proposição de estratégias a nível nacional e institucional para incentivar a publicação científica brasileira em AA.

Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa para investigar o cenário das universidades federais brasileiras ou dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Ademais, recomenda-se analisar o panorama da publicação brasileira em periódicos híbridos, que cobram altas APC, e estimar o valor que está sendo destinado a esses periódicos; bem como

caracterizar os acordos transformativos firmados pela CAPES para ampliar o escopo de discussão sobre o tema.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN).

REFERÊNCIAS

ALPERIN, Juan Pablo; Nieves, Carol Muñoz; Schimanski, Lesley A.; Fischman, Gustavo E.; Niles, Meredith T.; McKiernan, Erin C. Meta-research: how significant are the public dimensions of faculty work in review, promotion and tenure documents? **ELifeSciences**, Cambridge, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.7554/eLife.42254.001>. Disponível em: <https://elifesciences.org/articles/42254>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ANGLADA, Lluís-s; ABADAL, Ernest. Open access: a journey from impossible to probable, but still uncertain. **El Profesional de la información**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 1–11, 17 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BJÖRK, Bo-Christer; SOLOMON, David. How research funders can finance APCs in full OA and hybrid journals. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 93-103, Apr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1087/20140203>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1087/20140203>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BLANCHARD, Antoine; THIERRY, Diane; GRAAF, Maurits van der. **Retrospective and prospective study of the evolution of APC costs and electronic subscriptions for French institutions**. Report to the French Ministry for Higher Education and Research. Dec., 2022. Disponível em: <https://hal-lara.archives-ouvertes.fr/hal-03909068/document>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **BOAI10**: A iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste 10 anos depois. Budapeste, 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-brazilian-translation/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DIAS, Carolina Guimarães de Souza et al. Mapeando a controvérsia da cobrança de taxas de processamento de artigos (Article Processing Charges – APC) por acesso aberto. **Bibliocanto**, Natal, v. 9, n. 2, p. 116-132, 2023. DOI: 10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33418. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/33418>. Acesso em: 14 jan. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

NEVILLE, Tina; CRAMPSIE, Camielle. From Journal Selection to Open Access: Practices among Academic Librarian Scholars. **Portal: Libraries and the Academy**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 591-613, 2019. DOI: 10.1353/pla.2019.00372019.

PAVAN, Cleusa; BARBOSA, Maria Cristina Bernardes. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 120-145, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.120-145>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67146>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SANTOS-D'AMORIM, Karen; CRUZ, Rúbia Wanessa dos Reis; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. Financiamento ao Acesso Aberto: estudo preliminar sobre financiamento institucional às publicações. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 7., 2020, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2020. p. 55-61. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148874>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SUBER, Peter. Open access policy options for funding agencies and universities. **SPARC Open Access Newsletter**, [s. l.], v. 130, feb. 2009. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4322589/suber_oaoptions.html?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 abr. 2024.

TENOPIR, Carol *et al.* Imagining a gold open access future: attitudes, behaviors, and funding scenarios among authors of academic scholarship. **College and Research Libraries**, [s. l.], v. 78, n. 6, p. 824-843, 2017. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01948350/document>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da pós-graduação brasileira**: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. 2015. 184 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.